

ANEXO AO BALANÇO

01 -IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SAO SEBASTIAO DE SETUBAL com o contribuinte nº. 504516132 é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em LARGO DE SAO DOMINGOS, SETUBAL, 2910-092, SETUBAL, e tem como atividade principal IPSS-ATL/LUTA CONTRA A POBREZA.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera.

02 -REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

"Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho,(Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de instituições, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.;

"Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;

"Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;

"Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes Instituições que aplicam o SNC;

"Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015.;

"Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual.;

"Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;

"Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

02.02 -Indicação e justificação das disposições do SNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição\$:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Instituição.

02.03 -Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

02.04 -Caso uma Instituição dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem distinguir:

Nada a assinalar.

03 -POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

03.01 -Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01.01 -Bases de Apresentação:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01.01 -Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a instituição avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da instituição\$ prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.01.02 -Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.01.03 -Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.01.04 -Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou

coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte da direção com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.01.05 -Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Instituição. A Instituição empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.01.06 -Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.01.01.07 -Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

03.01.01.08 -Ativos Intangíveis:

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

03.01.01.09 -Imposto Sobre o Rendimento:

Nada a assinalar.

03.01.01.10 -Inventários:

A instituição não tem inventário à data de 31/12/2021.

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Instituição consiste no FIFO.

03.01.01.11 -Instrumentos Financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

03.01.01.12 -Reconhecimento do Rédito:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Instituição obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Instituição baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

03.01.01.13 -Subsídios:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

03.01.01.14 -Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Instituição é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

03.01.01.15 -Locação Financeira:

Nada a assinalar.

03.01.01.16 -Custos de Empréstimos Obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

03.01.01.17 -Transações e Saldos em Moeda Estrangeira:

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

03.01.01.18 -Benefícios dos Empregados:

Nada a assinalar.

03.01.04 -Principais Fontes de Incertezas das Estimativas:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

03.02 -Alterações nas políticas contabilísticas:

03.02.01 -Indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

03.02.02 -Alteração voluntaria em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

03.03 -Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

03.04 -Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores:

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

04 -ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

04.01 -Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis:

04.01.01 -Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo

credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

04.01.02 -Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método [DA LINHA RECTA OU OUTRO APLICÁVEL], em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

04.01.03 -Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em [duodécimos ou quota anual] durante as vidas úteis estimadas:

- Edifícios e outras construções - 50 anos
- Equipamento básico - 6 anos
- Equipamento de transporte - 4 anos
- Equipamento administrativo - 6 anos
- Outros ativos fixos tangíveis - 6 anos

04.01.04 -Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

04.01.04.01 -Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:

Durante os períodos findos em 31-12-2020 e em 31-12-2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO							
Situação Inicial		Situação Final					
Depreciações		Depreciações					
Qtª Bruta	Acumuladas	Qtª Bruta	Acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Acumuladas	Qtª Escriturada

Outros ativos

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO							
	Situação Inicial		Qtª escriturada	Situação Final		Qtª escriturada	
	Depreciações	Imparidades		Depreciações	Imparidades		
	Qta Bruta	Acumuladas	Acumuladas	Qta Bruta	Acumuladas	Acumuladas	Qtª Escriturada
fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais							
Ed. e outras construções							
Equipamento básico	20.964,15	5.531,29	1.577,41	20.964,15			20.964,15
Equipamento transporte	76.026,19	60.255,53	54.998,65	76.026,16			76.026,16
Equipamento administrativo	4.550,00	2.049,80	1.240,00	4.550,00			4.550,00
Outros A.F.T.							

04.01.04.02 -Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2020 e em 31-12-2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PER.								
Bens do domínio público	Bens do patrimônio	Terrenos e recursos naturais	Ed. e outras construções	Outros Eq. básico	Ativos Eq. Transporte	Fixos Eq. administrativo	Tangíveis Outros A.F.T.	Total
Saldo Inicial		9468,23						9468,23
Aquisições		11495,96						11495,96
Saldo final:		20964,19						20964,19

05 -ATIVOS INTANGÍVEIS

Nada a assinalar

07 -INVENTÁRIOS

07.01 -Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e formula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem

em inventario no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

07.02 -Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2021 e em 31-12-2020, a instituição não apresenta inventários, por não haver.

07.04 -Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

Nada a assinalar.

08 -RENDIMENTOS E GASTOS

08.01 -Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

d) Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

e) Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

08.02 -O rédito reconhecido pela Instituição em 31-12-2021 e em 31-12-2020 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO/GASTOS		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Prestação de serviços	1062,25	302,00
Juros	81,25	78,60
Total:	1143,50	380,60
Fornecimentos e serviços externos	159707,51	66828,76
Gastos com o Pessoal	151295,17	126164,66
Outros gastos	746,47	135,34

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO/GASTOS		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Gastos de financiamento	364,82	126,94
Total:	312113,97	193255,70

09 -PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

09.01 -Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

A evolução das provisões nos períodos findos em 31-12-2021 e em 31-12-2020 é detalhada conforme se segue:

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES									
	Processos		Ac.trabalho e		Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras	Total
	Garantias	Judiciais	doenças						
	Impostos	Clientes	em curso	profissionais					
Quantia escriturada inicial:								25458,78	25458,78
Total dos aumentos									
Constituição									
Reforço									
Reforço - efeito temporal									
Outros								-1.516,76	
Total das diminuições:								- 1.516,76	
Uso									
Reversão									
Outros									
Quantia escriturada final:								23.942,02	23.942,02
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

10 -SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

10.01 -Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO				
Descrição	Subsídios	E.O.E.P.	Subsídios	O. Instituições
	Valor atribuído Per ou Per ant.	Valor imputado ao Período	Valor atribuído Per ou Per ant.	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados c/Ativos /ao investimento				
Ativos tangíveis:				
Bens do Património H.A.C.				
Outros ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis:				
Valor dos reembolsos no período respeitante		173156,39		
Subsídios relacionados c/ativos ao investimento		173156,39		
Total		(173156,39)		

11 -INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.01 -Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

11.02 -Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

11.02.01 -Cotação de mercado:

A 31-12-2021, a Instituição detinha os seguintes instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR		
Descrição	Quantia	Imparidade
	escriturada	acumulada
Ativos Financeiros:	(205,67)	
Clientes	16,00	
Outras contas a receber	(221,67)	
Passivos financeiros:	12610,57	
Fornecedores	(553,25)	
Outras contas a pagar	13163,82	

11.02.02 -Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado:

Nada a assinalar.

11.02.03 -Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros:

Nada a assinalar.

11.02.04 -Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros:

Nada a assinalar.

11.03 -Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Nada a assinalar.

11.04 -Quantias escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor em termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor:

Nada a assinalar.

11.06 -Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31-12-2021, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO MENOS IMPARIDA	
Descrição	Quantia escriturada
Ativos financeiros	16,00
Clientes	16,00
Passivos financeiros:	13717,07
Fornecedores	553,25
Outras contas a pagar	13163,82

11.07 -Dívidas à Instituição reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Nada a assinalar.

11.08 -Quantia das dívidas da Instituição à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Nada a assinalar.

12 -BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A 31-12-2021 trabalharam em média 9 pessoas e um número de horas médias \$trabalhadas de 15.568 conforme se descreve:

NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS DURANTE O ANO		
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
	9	15 568

12.01 -Benefícios pós emprego

Nada a assinalar.

12.02 -Compromissos existentes em matéria de pensões:

Nada a assinalar.

12.03 -Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

12.03.02 -Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria:

Nada a assinalar.

12.03.03 -Gastos com o pessoal e órgãos diretivos:

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

GASTOS COM O PESSOAL		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Gastos com o pessoal:	151295,17	126164,66
Remunerações dos Órgãos sociais	125540,44	102466,94
Encargos sobre remunerações	23857,14	21468,05
Seg ac.trab. e doenças profissionais	936,84	2229,67
Outros gastos com o pessoal	960,75	

13 -ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.01 -Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

Nada a assinalar.

15 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

15.01 -Quantia agregada do despendida de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período:

15.02 -Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos:

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos em 2021 distribuíram-se da seguinte forma:

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS			
Descrição	Atividade CAE	Atividade CAE	Atividade CAE
Vendas:			
Prestação de Serviços	1062,25		
Fornecimento e serviços terceiros	159707,51		
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
Gastos com o pessoal	151295,17		
Remunerações	125540,44		
Outros (inclui pensões)	25754,73		
Quantia escriturada final	29555,92		
Total de Aquisições	11495,96		

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS			
Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Prestação de serviços	1162,25		
F.S.E.	27181,80	115837,73	272,00

16 -OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.02 -Outras divulgações:

16.02.01 -Fornecimentos e serviços externos:

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Serviços especializados	12209,40	12666,44
Trabalhos especializados	6903,79	5981,57
Publicidade e propaganda		273,25
Vigilância e segurança	593,96	682,11
Honorários	1439,00	322,00
Conservação e reparação	3272,65	5407,51
Material	119675,84	25514,21
Ferramentas	2299,54	8062,79
Material de escritório	156,84	143,62
Artigos para oferta	117219,46	17307,80
Energia e fluidos	9124,01	6385,39
Eletricidade	5479,60	4201,89
Combustíveis	2923,19	1358,74
Água	721,22	824,76
Deslocações, estadas e transportes	1580,12	462,15
Deslocações e estadas	1580,12	462,15
Serviços diversos	17118,14	21800,57
Rendas e alugueres	11520,00	11920,00
Comunicação	1719,69	6583,05

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Seguros	2760,81	2575,67
Contencioso e notariado	67,90	4,00
Despesas de representação		137,50
Limpeza, higiene e conforto	1049,74	580,35

16.02.02 -Outros rendimentos e ganhos:

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Descontos de pronto pagamento obtidos	34,90	10,00
Ganhos em inventários		270,90
Outros	16054,85	9662,27
Correções relativas a períodos anteriores	75,60	
Outros não especificados	15979,25	9662,27
Juros obtidos	81,25	78,60
De depósitos	81,25	78,60
Outros rendimentos similares	132938,33	30101,42

16.02.03 -Outros gastos e perdas:

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Impostos	155,41	5,05
Perdas em inventários		130,29
Outros	591,06	
Correções relativas de períodos anteriores	300,00	
Donativos	291,06	
Juros suportados	279,83	126,29
Outros	,01	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Manuel
cc 20802

A DIREÇÃO

Recebi em 10/12/2021
João Manuel